

## UMA COMPREENSÃO DA LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS A PARTIR DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA – DATALUTA ENTRE 1988 E 2007

Humberto Tomaz Gonzaga  
Geógrafo - UFU  
[gozaga.ht@gmail.com](mailto:gozaga.ht@gmail.com)

### RESUMO

Inserida na questão agrária, a luta pela terra é reflexo dos 500 anos da história política, econômica e social brasileira. A ocupação de terra através da organização, envolvimento e participação de movimentos ou entidades vinculadas à luta, pode ser considerada como uma das principais formas de acesso a terra por parte das famílias sem-terra. Assim, o presente estudo busca apresentar como se desenvolve a espacialização da luta pela terra no estado de Minas Gerais, analisar a dinâmica dos movimentos sociais de luta pela terra, como parte do processo de luta para, enfim, ocorrer uma territorialização das famílias sem-terra em assentamentos de reforma agrária. Para isso é imprescindível um levantamento teórico acerca da temática, bem como o subsídio dos dados do DATALUTA, ou o Banco de Dados da Luta pela Terra, para tabulação, mapeamento e análise dos mesmos. A finalidade deste trabalho se deve a importância em levantar e sistematizar os dados brutos relacionados à questão agrária, permitindo subsidiar pesquisas futuras dentro dessa área do conhecimento geográfico, além compreender a importância dessa importante manifestação como forma de pressionar o Estado para que haja uma implementação de assentamentos de reforma agrária.

**Palavras-chave:** Movimentos Socioterritoriais. Ocupações. DATALUTA. Territorialização.

### AN UNDERSTANDING OF THE FIGHT FOR THE LAND IN THE STATE OF MINAS GERAIS FROM THE BANCO DE DADOS DE LUTA PELA TERRA - DATALUTA BETWEEN 1988 AND 2007

### ABSTRACT

Inserted in the agrarian question, the struggle for land is a reflection of 500 years of political history, Brazilian economic and social. The occupation of land through the organization, involvement and participation of movements or entailed entities with the fight, can be considered as a major form of access to land “sem-terra” families. Thus, this study discusses how to develop the spatial distribution of the struggle for land in the state of Minas Gerais, to analyze the dynamic of socioterritorial movements as part of the conflict to finally occurs a territorialisation of “sem-terra” families in agrarian reform settlements. It is essential a theoretical issue, and allowance of DATALUTA’s data, or the “banco de Dados da Luta pela Terra”, for tabulating, mapping and analysis. The purpose of this work is due to rise in importance and systematize the raw data related to the agrarian question, allowing support future research in this area of geographical knowledge, and understand the importance of this important event as a way of pressuring the State to allow an implementation of agrarian reform settlements.

**Keywords:** Socioterritorials movements. Occupations. DATALUTA. Territorialization.

### INTRODUÇÃO

Através da análise dos dados do Banco de Dados da Luta Pela Terra em Minas Gerais, o DATALUTA-MG, é possível contribuir na compreensão e análise do desenvolvimento e a espacialização/territorialização da luta pela terra em Minas Gerais. Os dados do DATALUTA

---

Recebido em 03/05/2012

Aprovado para publicação em 24/07/2012

apresentados, dizem respeito aos movimentos socioterritoriais (do ano de 2000 a 2007) e as ocupações existentes no estado (do ano de 1988 a 2007). Essas questões são importantes para análise, desenvolvimento e implantação de políticas públicas. Num primeiro momento, foi feito a apresentação e a análise da metodologia do DATALUTA, bem como, uma caracterização histórica do seu desenvolvimento. Em um segundo instante, é apresentado o conceito de movimentos socioterritoriais, bem como suas características, juntamente com o principal meio de acesso a terra, a ocupação, processo necessário para se realizar a territorialização das famílias sem-terra em assentamentos rurais, e por último, por meio dos dados cartográficos, é traçado o perfil da espacialização/ e ou territorialização da luta pela terra no Estado de Minas Gerais.

## 1 - O BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA, O PROJETO DATALUTA NA COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA

O DATALUTA, ou o Banco de Dados da Luta pela Terra, é um projeto criado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA da Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista no ano de 1998. O objetivo do projeto é o de “registrar os números da questão agrária brasileira e contribuir com a organização dos dados de modo a compreender melhor o problema e disponibilizá-los para implementação de políticas públicas.” (CLEPS JÚNIOR et al., 2008a, p. 01). Até o ano de 2008 o projeto foi desenvolvido contando como colaboradores os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Esses números da questão agrária constituem-se de informações oriundas de um “levantamento de dados em escala municipal e a sua representação em três escalas geográficas: nacional, estadual e microrregional.” (CLEPS JÚNIOR et al., 2008b, p. 886). Os dados são reunidos nas versões de assentamentos, de ocupações, de estrutura fundiária e de movimentos socioterritoriais (Figura 1).

Figura 1 - Versões e fontes dos dados do projeto DATALUTA



Fonte: DATALUTA, 2008.

Para a obtenção dos dados dos assentamentos rurais, do número de famílias assentadas e da área a ser utilizada, são utilizados como fontes de referência o INCRA e a Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra – ANOTER. Com relação às ocupações de terra e aos movimentos socioterritoriais envolvidos, os dados são organizados a partir das seguintes fontes: CPT; Ouvidoria Agrária Nacional – OAN; NERA da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente; Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU e o grupo Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Por fim, os dados da estrutura fundiária são fornecidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Pode-se afirmar que a metodologia do DATALUTA é simples e objetiva, sendo que “para a versão assentamentos o registro dos dados é desde 1979; ocupações desde 1988; movimentos socioterritoriais desde 2000 e os dados da estrutura fundiária são de 1992, 1998 e 2003.” (CLEPS JUNIOR et al., 2008a, p.03).

Adquiridos os dados relacionados aos movimentos sociais de luta pela terra, como também às ocupações realizadas pelos mesmos, por meio da rede DATALUTA (NERA, LAGEA e GEOLUTAS), além das informações adquiridas junto a OAN e a CPT, inicia-se o processo de organização dos dados, sendo possível, assim, confrontar os mesmos. Para se evitar e também corrigir possíveis duplicações, gera-se uma planilha única com os dados já filtrados.

Os dados de estrutura fundiária e assentamentos rurais são reunidos e organizados para também servirem de base para uma análise futura. O responsável pelo fechamento desses é o NERA que, posteriormente, envia as bases finalizadas para cada núcleo. Após a organização dos dados, ocorre uma sistematização dos mesmos que em seguida são divulgados por meio de publicação digital, através do Relatório DATALUTA, na versão Brasil e, mais especificamente, nas de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná. Entende-se que “a organização desses dados subsidia uma análise sobre a territorialização da luta pela terra no Brasil.” (CLEPS JUNIOR et al., 2008a, p.02).

### 1.2 - O DESENVOLVIMENTO DO BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS – DATALUTA/MG

Em Minas Gerais, o projeto foi implantado em 2005, pelo LAGEA, através da criação de um convênio com o NERA, para que fosse realizada a troca de informações e a análise dos dados referentes à reforma agrária, assim, o LAGEA iniciou o projeto Banco de Dados da Luta Pela Terra em Minas Gerais - DATALUTA-MG.

Cabe lembrar que as metodologias para obtenção de dados sobre os movimentos socioterritoriais e suas ocupações de terra são diferentes. No caso de Minas Gerais é realizada uma consulta diária em várias fontes, como jornais, portais de informações e informes de movimentos.

No ano de 2007, foram consultadas 19 fontes conforme se observa no quadro abaixo.

**Quadro 1** - Fontes consultadas no ano de 2007.

FONTE	TIPO	LOCALIDADE
O Tempo	Jornal	Belo Horizonte
DRD on line	Jornal	Governador Valadares
Jornal Vale do Aço	Jornal	Ipatinga
Gazeta de Itaúna	Jornal	Itaúna
Tribuna da Cidade	Jornal	Muriae
Patrocínio Hoje	Jornal	Patrocínio
Folha da Manhã	Jornal	Passos
Jornal de Uberaba	Jornal	Uberaba
Jornal da Manhã	Jornal	Uberaba
Patrocínio on line	Jornal	Patrocínio
UAI	Portal	Belo Horizonte
Unai Net	Jornal	Regional
Mega Minas	Portal	Belo Horizonte
Jornal Correio	Jornal	Uberlândia
Norte Net	Jornal	Montes Claros
Folha de São Paulo	Jornal	São Paulo
MST	Informe	-
MTL	Informe	-
CEDEFES	Informe	-

Fonte: LAGEA, DATALUTA-MG, 2008.

Após a coleta e o levantamento de dados e informações, ocorre à comunicação, via Correio Eletrônico e/ou, em alguns casos, via Telefone, com as principais fontes de referência envolvidas na rede, os movimentos sociais e alguns sindicatos. Posteriormente, os dados são configurados ou organizados e inseridos em planilhas eletrônicas do programa Microsoft Excel para serem enviados mensalmente ao NERA, para que esse núcleo insira no Banco de Dados Geral, ocorrendo à comparação com outras fontes da rede DATALUTA.

Após o fim da obtenção dos dados, o NERA envia ao LAGEA a planilha eletrônica final, com todos os dados já organizados, possibilitando a filtragem dos mesmos para que, em seguida, se possa fazer as representações gráficas e cartográficas desses dados e, finalmente, a elaboração do Relatório DATALUTA-MG.

Por meio dos dados da pesquisa, tem sido possível identificar e espacializar a ação dos movimentos sociais no Estado de Minas Gerais, e compreender a problemática da Reforma Agrária e o grau de intensificação dos conflitos no campo mineiro e brasileiro.

Portanto, é imprescindível uma noção do funcionamento do Banco de Dados da Luta pela Terra, o DATALUTA, tendo em vista que ele contribui para a construção de análises dos conflitos no campo em Minas Gerais, com ênfase às ocupações de terras, movimentos sociais e os assentamentos rurais criados. Ressalta-se que tal configuração do DATALUTA-MG, passou, e passa, por constantes mudanças no seu processo metodológico e que, atualmente, registram-se todos os tipos de manifestações realizadas pelos movimentos socioterritoriais, como marchas e ocupação de prédios públicos, possibilitando, futuramente, compreender como se dão outras formas de luta desses agentes transformadores do espaço.

### **1.3 - OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS ATUANTES EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 2000**

Para compreendermos como se configura espacialização dos movimentos territoriais em Minas Gerais, inicialmente devemos compreender esse novo conceito que vem sendo desenvolvido e utilizado na Geografia Agrária, o de movimentos socioterritoriais. Com base em Fernandes (2005), o desenvolvimento desse conceito representou um desafio no sentido de se superar conteúdos sociológicos sobre movimentos sociais que muito vem sendo empregado em diversos trabalhos geográficos e que, por vezes, não atendem o que se é exigido. Entendemos que os movimentos socioterritoriais, são “movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios.” (FERNANDES, 2005, p.01).

Deste modo,

[...] movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade (FERNANDES, 2005, p.31).

Cabe lembrar que “o movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tomando-se por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas.” (PEDON, 2009, p.179).

Tais movimentos “transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades.” (CARVALHO, 2007, p.42).

Com base ainda em Pedon (2009), a disputa por territórios se manifesta ou se materializa por meio das lutas e manifestações em favor da posse da terra. É o resultado de um longo processo de uma organização socioterritorial, regulado nos moldes da acumulação capitalista, sendo que a maior parte da população excluída é a que traduz tal luta.

Para melhor compreender a espacialização e atuação dos movimentos socioterritoriais, está sendo desenvolvido os conceitos de movimentos isolados e territorializados.

Movimentos isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito. [...] Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. (FERNANDES, 2005, p. 4).

Os movimentos socioterritoriais foram catalogados pelo DATALUTA somente a partir de 2000, através de seu principal meio de acesso a terra, a ocupação. Em Minas Gerais foram registrados entre os anos de 2000 e 2007, aproximadamente 30 movimentos sociais de luta pela terra (DATALUTA-MG, 2008) que estiveram envolvidos em ocupações de terras pelo estado. Esses movimentos foram responsáveis por cerca de 395 ocupações de terra naquele período envolvendo, aproximadamente, 42.462 famílias. Desse total de ocupações, 8

movimentos socioterritoriais foram responsáveis por 80% desse tipo de manifestação e contou com o envolvimento de 85% do total de famílias envolvidas (tabela 1).

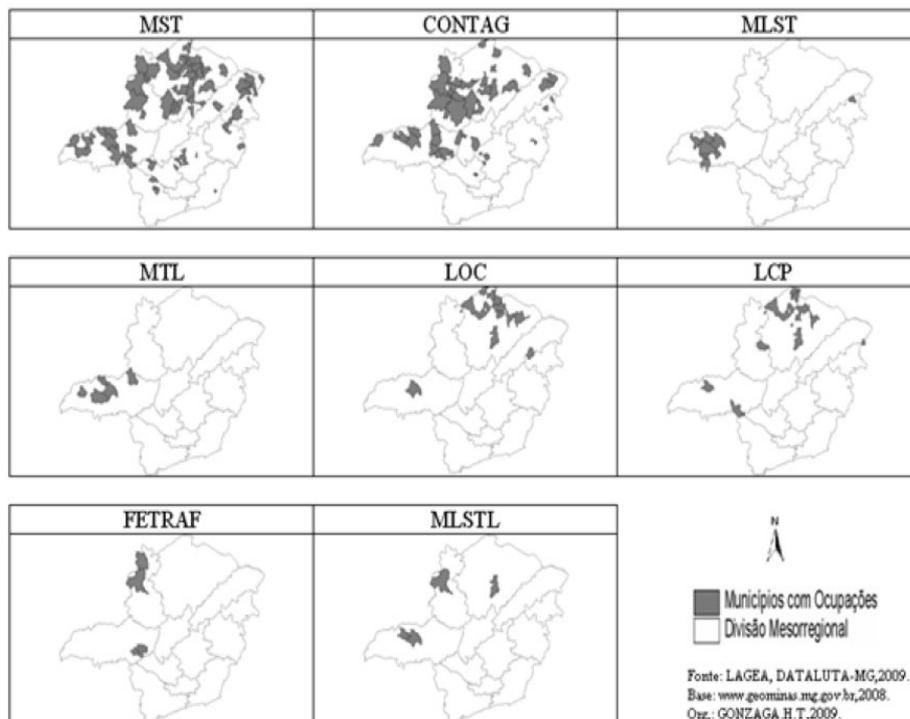
**Tabela 1** - Movimentos socioterritoriais mais atuantes em Minas Gerais por número de ocupações entre 2000 e 2007.

Ordem	Movimentos Socioterritoriais	Ocupações	Famílias Envolvidas	Municípios com ocupações
1º	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	172	20851	73
2º	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	64	5407	47
3º	Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST	21	4637	8
4º	Movimento de Terra, Trabalho e Liberdade - MTL	17	1805	5
5º	Liga Operária Camponesa - LOC	16	1288	11
6º	Liga dos Camponeses Pobres Norte de Minas - LCP	14	1332	12
7º	Federação da Agricultura Familiar - FETRAF	10	480	4
8º	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta - MLSTL	5	665	4
<b>TOTAL</b>		<b>319</b>	<b>36465</b>	<b>164</b>

Fonte: LAGEA, DATALUTA-MG, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

Os movimentos socioterritoriais possuem especificidades relacionadas às formas em que se dá a luta e, principalmente, o que tange suas espacializações. Os dois movimentos com mais ocupações de terras, o MST e a CONTAG, possuíram atuações concentradas em mais de 3 mesorregiões mineiras, demonstrando a força quanto a sua representatividade e potencial de mobilização (Figura 2).

**Figura 2** - Minas Gerais: Espacialização municipal dos movimentos socioterritoriais com mais ocupações de 2000 a 2007.



Muitas vezes, os movimentos socioterritoriais apresentam diferentes sessões que adéquam sua atuação e mobilização a especificidades comuns ao local. No caso do MST essas sessões, sediadas em diferentes municípios mineiros, são chamadas de brigadas.

Todos os outros movimentos, exceto o MTL, ocuparam pequenas frações de diferentes mesorregiões. O MTL realizou ocupações em municípios, se não vizinhos, bem próximos uns dos outros em uma única mesorregião, a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Movimento como esse, de atuação concentrada, muitas vezes é fruto de dissidências de movimentos maiores, devido principalmente à divergência de opiniões ou até a desgastes entre os integrantes do movimento.

#### 1.4 - A CONFIGURAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA EM MINAS GERAIS DE 1988 A 2007

A ocupação de propriedades rurais, principalmente nas consideradas improdutivas, ou que não cumprem a sua função social, é um tipo de manifestação muito empregada pelos movimentos socioterritoriais, seja no Brasil, como no estado de Minas Gerais. A entrada dos trabalhadores sem-terra nesse tipo de propriedade tem sido a principal forma de luta dos movimentos sociais de luta pela terra.

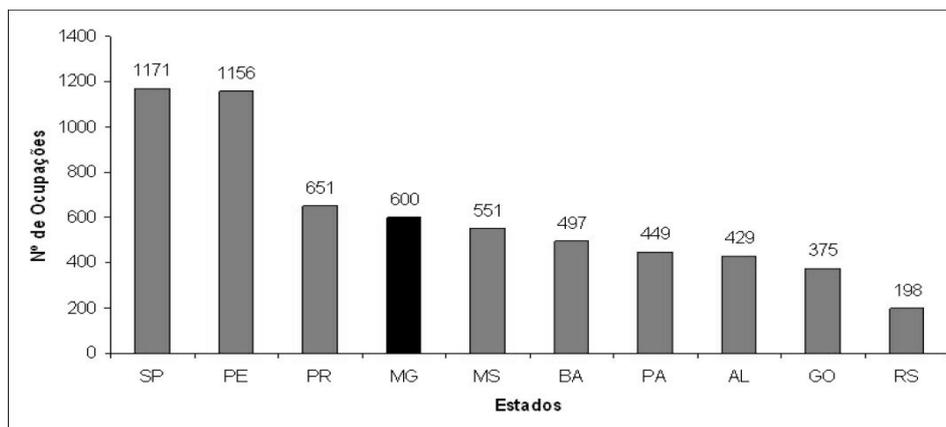
Cleps Junior et al. (2008b) considera que a ocupação de terra deve ser considerada como uma ação desenvolvida pelos movimentos de luta pela terra, cujo intuito é a luta contra a expropriação causada, sobretudo, durante o processo de consolidação e efetivação do sistema capitalista no campo brasileiro, por parte dos latifundiários.

Como uma forma de materialização da luta de classes, Fernandes (2001), em sua análise, divide a mesma em dois tipos: ocupação de uma área determinada e ocupação massiva. Tem-se que,

a principal diferença desses tipos está no fato que, no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias (FERNANDES, 2001, p.10).

No que tange a realidade espacial das ocupações de terra, Minas Gerais é considerado um dos maiores estados da federação em número de ocupações de terras e, evidentemente, apresenta elevada atuação dos movimentos socioterritoriais, tanto que, de 1988 a 2007, o estado foi o 4º colocado com maior número de ocupações, diante dos outros estados brasileiros (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - Os 10 maiores estados em ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2007.

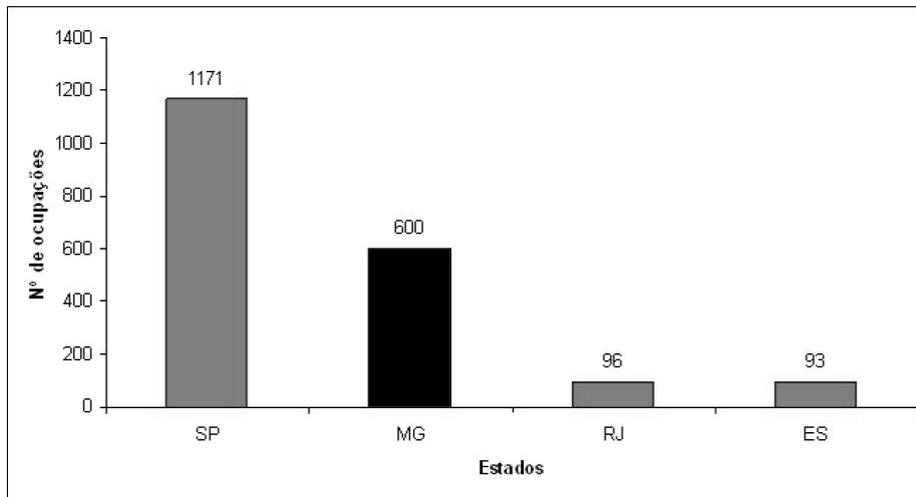


Fonte: DATALUTA, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

De acordo com o DATALUTA (2008), as ocupações de terra no estado corresponderam a praticamente 8% de todas as ocupações existentes naquele período no território nacional.

Com relação aos estados integrantes da região Sudeste, o estado de Minas Gerais, ocupa a 2ª posição no que se refere às ocupações de terra (Gráfico 2). A macrorregião foi a segunda a apresentar um número de ocupações mais representativo do Brasil. Suas ocupações corresponderam a 26% de todo território nacional totalizando 1.960, sendo que desse total, 30% das ocupações registradas, ocorreram em Minas Gerais.

**Gráfico 2** - Número de ocupações na macroregião sudeste entre os anos de 1988 a 2007.



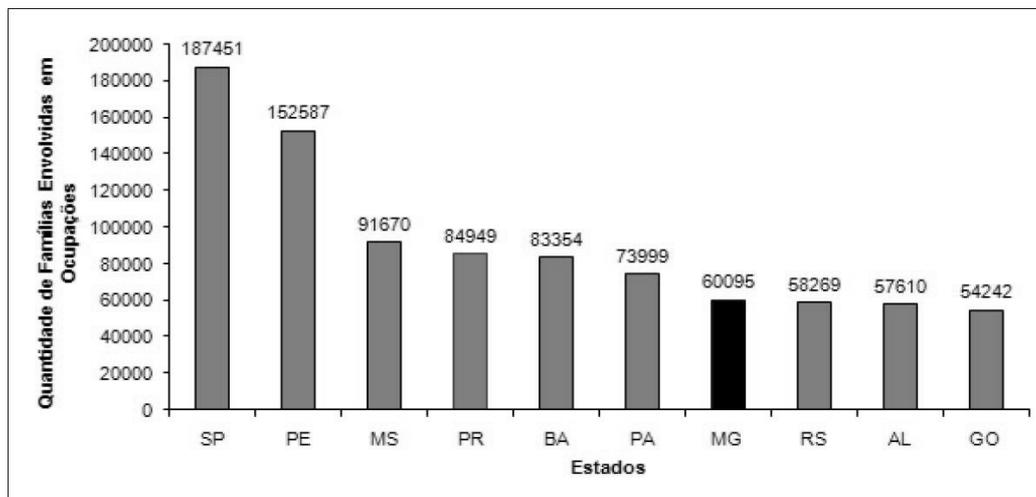
Fonte: DATALUTA, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

Das 600 ocupações de terra registradas, deve-se levar em conta outro dado importante que é a quantidade de famílias envolvidas. Conforme Pedon (2009), a luta pela terra é a forma que as famílias integrantes dos movimentos socioterritoriais encontram para continuar existindo na forma de “família camponesa”, de maneira a tentar romper com certos limites relacionados à subordinação dessas à produção junto à lógica capitalista.

Assim, tem-se que o estado de Minas Gerais é representativo com relação à quantidade de ocupações existentes. Porém, também tem sua representatividade na quantidade de famílias envolvidas nas mesmas.

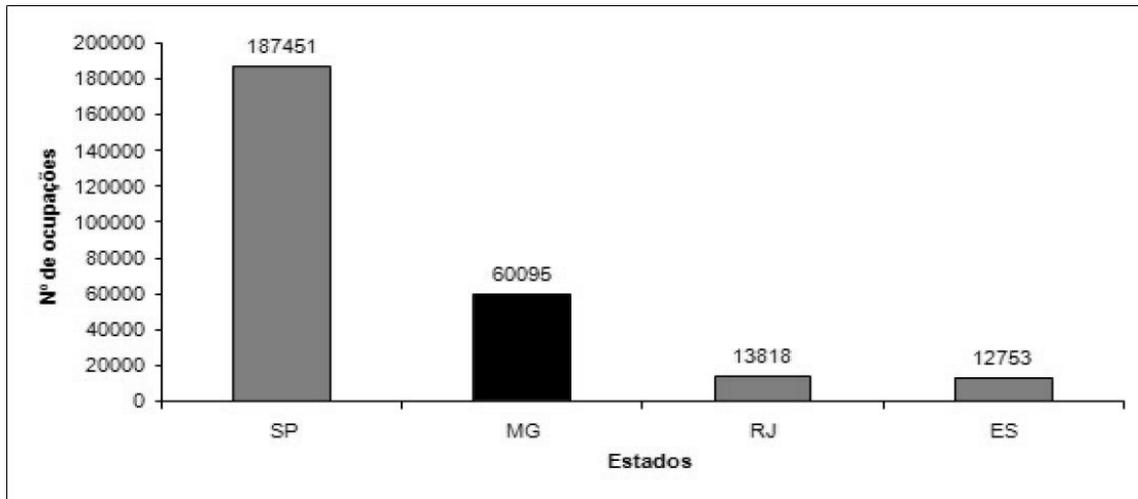
Das ocupações ocorridas no estado, entre os anos de 1988 e 2007, estiveram envolvidas um total de 60.095 famílias, segundo o DATALUTA (2008). Minas Gerais foi o 7º, em comparação aos outros estados, com relação à quantidade de famílias envolvidas em ocupação, representando 5,37% das 1.119.614 famílias participantes desse tipo de manifestação em escala nacional (Gráfico 3). Entre os estados da região Sudeste, que representou 24,49% de famílias envolvidas em comparação às demais regiões, ou 274.177, Minas Gerais foi o segundo, representando 21,9 % desse total (Gráfico 4).

**Gráfico 3** - Os 10 maiores estados com quantidade de famílias em ocupações de terra entre os anos de 1988 a 2007.



Fonte: DATALUTA, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

**Gráfico 4** - Quantidade de famílias envolvidas em ocupações de terra na macrorregião Sudeste entre os anos de 1988 a 2007.



Fonte: DATALUTA, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

#### 1.4.1 - A Espacialização das Ocupações de Terras em Minas Gerais: 1988 A 2007

Com base no subsídio de dados do Projeto DATALUTA é possível compreender como se deu a espacialização das ocupações de terra no Estado de Minas Gerais no período de 1988 a 2007. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Minas Gerais se constitui por 12 mesorregiões, 853 municípios. Cada mesorregião apresenta especificidades no que concerne ao número de ocupações de terras registradas, e na quantidade de municípios ocupados, principalmente, do modo como foi espacializado.

As ocupações foram espacializadas em 3 períodos: o primeiro se dá entre 1988 a 1999, o segundo vai de 2000 a 2007 e, por fim, o terceiro que compreende o intervalo de 1988 a 2007.

O primeiro período corresponde ao fortalecimento e à organização do recém criado MST, juntamente com sua “territorialização e institucionalização”. Fernandes (2000) lembra que o MST nascera em Minas Gerais nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, e foi despertando o interesse do trabalhador rural e de famílias sem-terra, fator preponderante para inserção desses sujeitos no movimento. O envolvimento com o movimento ultrapassa a dinâmica e funcionalidade da luta pela terra, embora isso seja a base da luta. Luta-se também por qualidade de vida que deve se realizar com a posse da terra. Com isso, no decorrer dos anos, cada vez mais famílias sem-terra e trabalhadores rurais, foram aderindo ao ideal de “luta”, fazendo com que o movimento fosse ganhando mais força e representatividade no Brasil e em Minas Gerais.

É nesse período também, mais especificamente em 1997, em meio a intensas ocupações de terra, juntamente com as manifestações de rua, que surge no Brasil, o “segundo „movimento nacional” de luta pela terra: o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).” (MITIDIERO JUNIOR, 2002, p.138). Em Minas Gerais, constituíram mais um sujeito coletivo em que, por meio da luta pela terra, visaram ampliar o poder popular e a territorialização das famílias sem-terras.

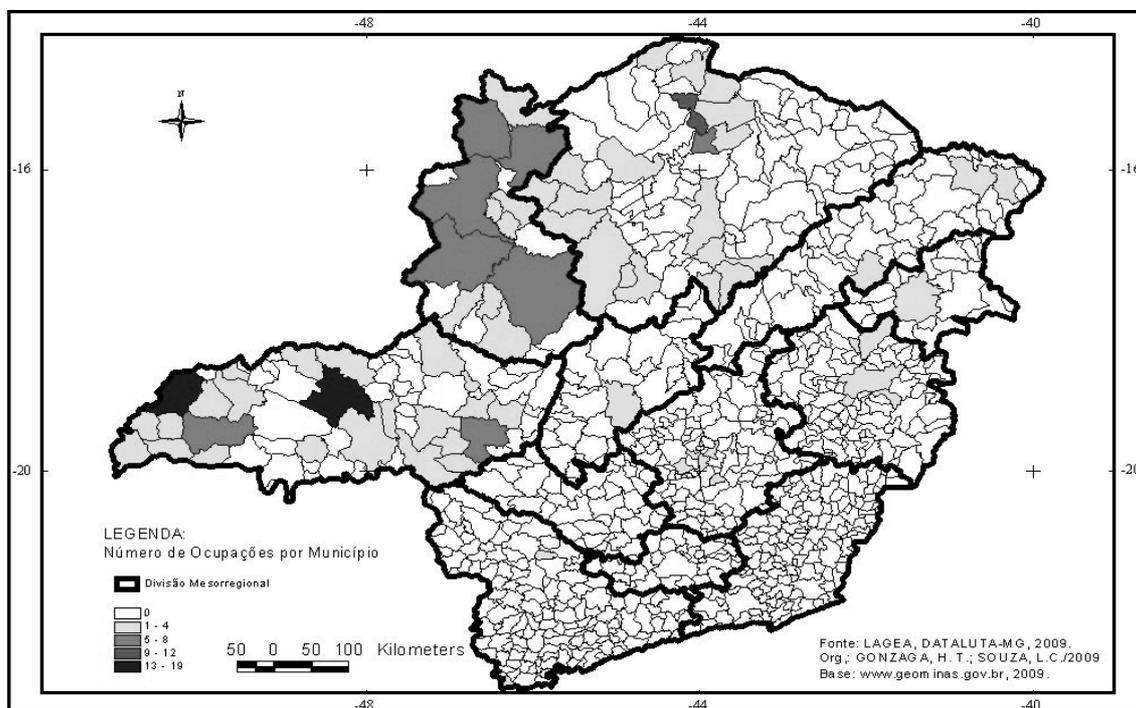
Além dos movimentos socioterritoriais, outras entidades foram fundamentais para a luta pela terra, ou às ocupações de terra, como foi o caso da CONTAG e de sindicatos de trabalhadores rurais, muitas vezes ligadas à mesma, que ofereceram grande apoio e até incentivo às ocupações.

No período de 11 anos (1988-1999), registrou-se 206 ocupações em propriedades rurais de 73 municípios (Mapa 1) e nos quais estiveram envolvidas cerca de 17.673 famílias. Destacam-se os municípios integrantes da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em especial Uberlândia com 19 ocupações e Santa Vitória com 18.

É nítida a concentração de ocupações em 3 mesorregiões (tabela 2), que são Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas, que representaram 82% do total

de ocupações. Com relação ao número de famílias, corresponderam a cerca de 73%. Para o mesmo período não foram registradas ocupações de terra nas mesorregiões Campos das Vertentes, Zona da Mata e Oeste de Minas.

**Mapa 1** - Minas Gerais: Número de ocupações de terras por municípios de 1988 a 1999.



**Tabela 2** - Ocupações de terra e famílias envolvidas em cada mesorregião de Minas Gerais entre 1988 e 1999.

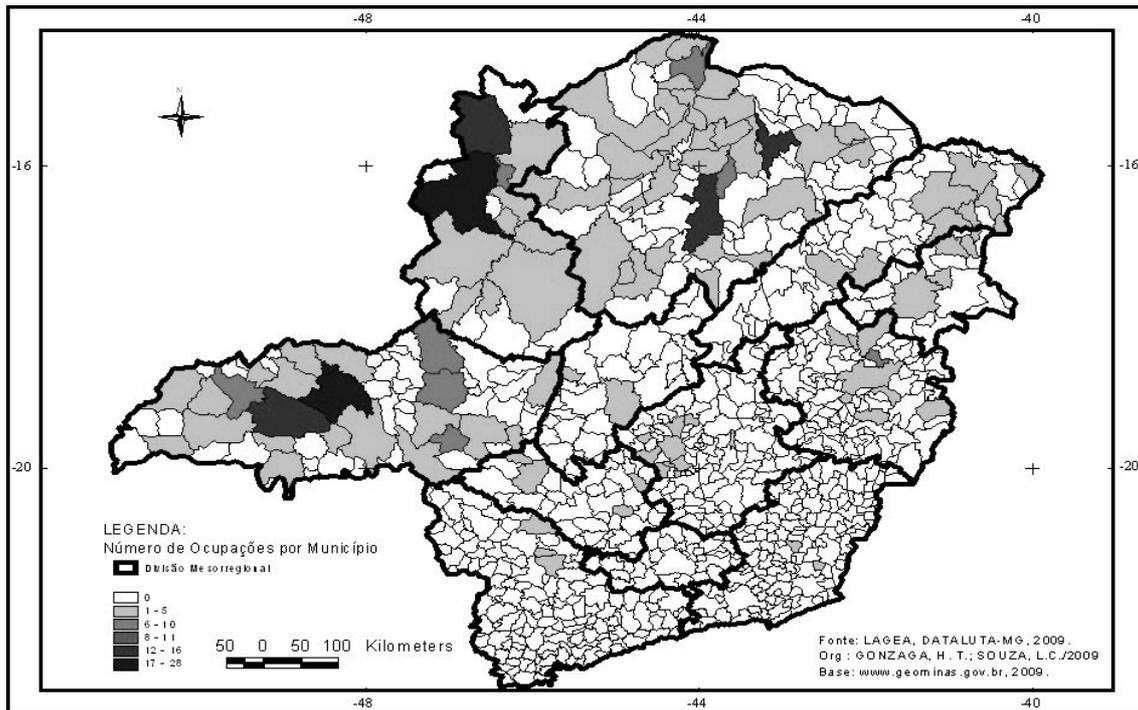
Ordem	Mesorregiões*	Ocupações	Famílias
1º	TRIÂNGULO MINEIRO/ ALTO PARANAÍBA	85	7510
2º	NOROESTE DE MINAS	45	3777
3º	NORTE DE MINAS	39	2034
4º	VALE DO RIO DOCE	16	2482
5º	JEQUITINHONHA	7	808
6º	METROPOLITANA DE BH	6	603
7º	SUL/SUDOESTE DE MINAS	5	265
8º	VALE DO MUCURI	2	154
9º	CENTRAL MINEIRA	1	40
<b>TOTAL</b>		<b>206</b>	<b>17673</b>

Fonte: LAGEA, DATALUTA-MG, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

\* Nas mesorregiões Campo das Vertentes, Zona da Mata e Oeste de Minas, não foram registradas ocupações de terras

O segundo período para análise compreende de 2000 a 2007. Neste, a luta pela terra ganha força pela pluralidade de movimentos socioterritoriais atuantes, além da elevação de famílias envolvidas nos mesmos, principalmente nas ocupações, e o fato dos sindicatos e a CONTAG contribuírem cada vez mais para esses tipos de manifestações. Nesse período ocorreram 394 ocupações de terra em fazendas de 113 municípios (Mapa 2), ou seja, 40 a mais do que no período anterior (1988-1999). Isso mostra que a luta se espacializa em outras mesorregiões, porém ainda percebe-se a concentração das ocupações nas mesorregiões do Norte de Minas, com destaque nos municípios de Montes Claros, Porteirinha e Capitão Enéas, com 15, 13 e 10 ocupações respectivamente.

**Mapa 2** - Minas Gerais: Número de ocupações de terras por municípios de 2000 a 2007.



Na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ressalta-se a quantidade de ocupações em Uberlândia com 26, Prata com 12 e Araxá com 10 ocupações e por fim, a mesorregião do Noroeste de Minas, como destaque para os municípios de Unaí, com 28 ocupações, e Buritis, com 15. Essas três mesorregiões foram responsáveis por quase 80% das ocupações no estado (Tabela 3), sendo que a mesorregião mais ocupada foi o Norte de Minas, seguida pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e pelo Noroeste de Minas. Ao se referir sobre o número de famílias envolvidas, destaca-se novamente essas 3 mesorregiões, cujas famílias em ocupações correspondem a, aproximadamente, 74% do total. E como ocorrera no período anterior, somente na mesorregião do Campo das Vertentes não foram registradas ocupações.

**Tabela 3** - Ocupações de terra e famílias envolvidas em cada mesorregião de Minas Gerais entre 2000 e 2007.

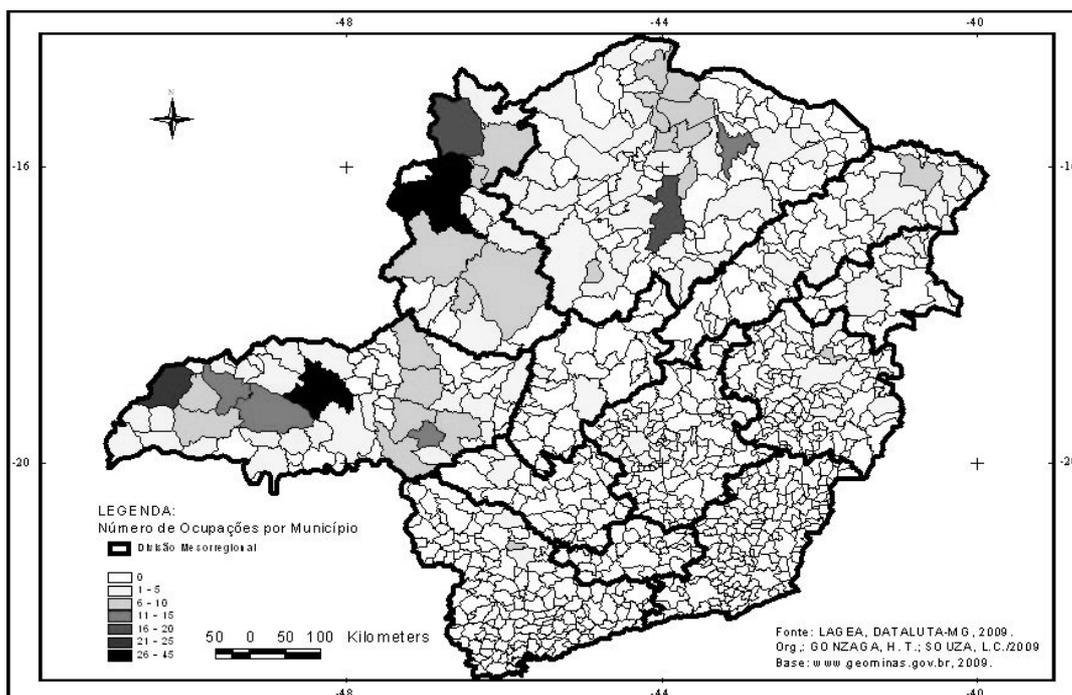
Ordem	Mesorregiões*	Ocupações	Famílias
1º	NORTE DE MINAS	121	11276
2º	TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	117	12782
3º	NOROESTE DE MINAS	69	7143
4º	JEQUITINHONHA	24	3144
5º	VALE DO RIO DOCE	21	3230
6º	METROPOLITANA DE BH	19	2647
7º	SUL/SUDOESTE DE MINAS	7	685
8º	VALE DO MUCURI	6	933
9º	OESTE DE MINAS	5	395
10º	CENTRAL MINEIRA	3	120
11º	ZONA DA MATA	2	67
<b>TOTAL</b>		<b>394</b>	<b>42422</b>

Fonte: LAGEA, DATALUTA-MG, 2008.Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

\* Na mesorregião Campo das Vertentes não foram registradas ocupações de terras.

Ao se considerar o período de 1988 a 2007, constata-se um total de 600 ocupações de terra em 186 municípios mineiros (Mapa 3), o que configura que 21% dos municípios estado foram ocupados.

**Mapa 3** - Minas Gerais: Número de ocupações de terras por municípios de 1988 a 2007.



Fica claro a grande concentração das ocupações na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, cuja representatividade foi a maior, onde se registrou 33% das 600 ocupações existentes no estado de Minas Gerais (Tabela 4).

**Tabela 4** - Ocupações de terra e famílias envolvidas em cada mesorregião de Minas Gerais entre 1988 e 2007.

Ordem	Mesorregiões*	Ocupações	Famílias
1º	TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	202	20292
2º	NORTE DE MINAS	160	13310
3º	NOROESTE DE MINAS	114	10920
4º	VALE DO RIO DOCE	37	5712
5º	JEQUITINHONHA	31	3952
6º	METROPOLITANA DE BH	25	3250
7º	SUL/SUDOESTE DE MINAS	12	950
8º	VALE DO MUCURI	8	1087
9º	OESTE DE MINAS	5	395
10º	CENTRAL MINEIRA	4	160
11º	ZONA DA MATA	2	67
<b>TOTAL</b>		<b>600</b>	<b>60095</b>

Fonte: LAGEA, DATALUTA-MG, 2008. Org.: GONZAGA, H.T.; 2009.

\* Na mesorregião Campo das Vertentes não foram registradas ocupações de terras.

O Norte e Noroeste de Minas representaram 26% e 18%, respectivamente. Ao somar as 3 mesorregiões com mais ocupações, conclui-se que as mesmas correspondem a quase 80% do total. Da mesma forma, ao analisar o número de famílias envolvidas, as mesorregiões citadas também foram as maiores e a ordem é mantida. O Triângulo concentrou 33%, seguido pelo Norte de Minas com 22% e pelo Noroeste com 18%, totalizando cerca de 75% das ocupações de todo o estado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto no estado mineiro, a distribuição espacial das ocupações de terra, ocorreu de forma concentrada em três mesorregiões com destaque para os municípios de Uberlândia, Unai,

Santa Vitória, Buritis e Montes Claros. Dentre as justificativas para a atual configuração das ocupações de terra, destaca-se a estrutura fundiária altamente concentradora com um considerável número de propriedades rurais improdutivas.

Além disso, outro elemento importante, é que essas regiões representam a área de expansão da fronteira agrícola do estado e, como de praxe do desenvolvimento capitalista, o pequeno produtor foi desterritorializado em favor de políticas favoráveis à grande produção voltada, principalmente, para o mercado externo. Assim sendo temos que atrelado a um processo de modernização no campo, o mesmo trouxe grandes impactos nas relações produtivas e de trabalho, e que as formas tradicionais, como o arrendamento, a parceria, fomentou o desemprego, juntamente com o êxodo rural, nessas regiões. Assim, as famílias desterritorializadas em meio a esse cenário, vão lutar em busca de suas territorializações, na forma dos assentamentos rurais, que é o principal meio adotado pelo Governo Federal.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, E. R. **A luta pela terra na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da criação dos movimentos socioterritoriais aos assentamentos rurais (1995 – 2005)**. 2007. 70 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

CLEPS JUNIOR, J. (Coord.). **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra – Minas Gerais**. 2007. Uberlândia. LAGEA, 2009.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, B. M.; RODRIGUES, L.; CARVALHO, E. R.; CARVALHO, L. e GONZAGA, H. T. A integração dos dados da luta pela terra como subsídio ao estudo sobre o desenvolvimento socioterritorial: pesquisa dataluta. In: **CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, 1., 2008a, Montes Claros. Disponível em: <[http://www.congressods.com.br/congresso2008/gt\\_glocalizacao\\_e\\_desenvolvimento/pdfs/Joao%20Cleps%20Junior.pdf](http://www.congressods.com.br/congresso2008/gt_glocalizacao_e_desenvolvimento/pdfs/Joao%20Cleps%20Junior.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2009.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, E. R.; BENEDETTI, G. M. P. O. S.; GONZAGA, H.T. SOUZA, L.C. Territorialidades da reforma agrária em minas gerais: uma contribuição para a compreensão das lutas no campo no período 2000- 2006. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA**, 4., 2008b, São Paulo. Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais. São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 2008. p. 884-911.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra**. Presidente Prudente, 5, ago. 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Construcaoconceitual.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

MITIDIERO JUNIOR, M.A. **O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 315 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PEDON, R. N. **Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.